ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 60

AGOSTO DE 2009

ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

Rua dos Ilhéus, 118 sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux
CEP 88.010-560 - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48)3222-2748

A **AFSC**, fundada em 6/8/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/09/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/8/1970.

A **AFSC** é filiada à **FEFINUSC** - Federação Filatélica e Numismática de Santa Catarina, à **FEBRAF** - Federação Brasileira de Filatelia e à **FEFIBRA** - Federação dos Filatelistas do Brasil.

EDITORIAL

Este número do nosso Boletim Informativo visa integrar pesquisas e reflexões sobre questões que ainda trazem muitas dúvidas para o colecionador.

Assim, temos sete artigos comprometidos, sem exceção, com o colecionismo mas que, também, são um convite para novos estudos, cujos resultados queremos que sejam compartilhados com outros colecionadores e interessados.

Afinal, aprender já não significa somente reter conhecimento na memória, é muito mais, ou seja, é divulgar.

Divulgue suas pesquisas e reflexões.

PARTICIPE!

A Diretoria

ÍNDICE GERAL

O Meio Circulante no Brasil Holandês[1] (Primeira Parte)

Márcio Roveri Sandoval - Florianópolis, SC

Fig.1 – Monograma da W.I.C – "West-Indische Compagnie" (Companhia das Índias Ocidentais) ou G.W.C – "Geoctroyeerde Westindische Compagnie" (Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais), na parte inferior temos "XIX" referência ao "Conselho dos XIX", órgão administrativo da Companhia."Algemeen Rijksarchief Den Haag", a partir do texto de Johan van Hartskamp.

Reminiscências

A presença holandesa no Novo Mundo deu-se através de uma companhia de comércio, a *Companhia das Índias Ocidentais*, conhecida como W.I.C, sigla em flamengo para "*West-Indische Compagnie*" ou, ainda, GWC (*Geoctroyeerde Westindische Compagnie*), Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais.

A W.I.C era uma associação de comerciantes de Amsterdã, Zelândia, Mosa e Groningen, concebida como um instrumento de guerra contra a Espanha de Felipe II, inserindo-se na luta de independência dos Países Baixos.

A W.I.C foi formada em 1621 à semelhança e pelo sucesso da Companhia das Índias Orientais (VOC), esta estabelecida em 1602 e que possuía o monopólio comercial com o Oriente.

Concedeu-se à companhia o monopólio do tráfico e do comércio de escravos na América e África, mas o seu maior objetivo era a retomada do transporte e do comércio do açúcar produzido no nordeste brasileiro, dificultado em virtude da represália da Espanha à proclamação de independência, em 1581, da *República das Províncias Unidas*, com sede em Amsterdã. Nessa época, Portugal era governado por Felipe II da Espanha, em virtude da União Ibérica (1580 a 1640).

Além da questão comercial, outros fatores teriam influenciado os holandeses a aventurarem-se na conquista das colônias espanholas e portuguesas, entre os quais podemos citar: o desejo de levar a guerra às colônias e a "*irreprimível ânsia de expansão*" do povo neerlandês.

Em 1624, os holandeses invadem Salvador, lá permanecendo apenas um ano. Uma nova tentativa de estabelecimento se

deu em 1630, em Pernambuco, onde eles conseguem ficar por 24 anos.

Submetidos a conflitos permanentes com a população local, ocupada em expulsá-los, por vezes se viam privados do fornecimento de numerário metálico proveniente da Metrópole *(florins, soldos e xelins)*, passando, assim, por graves crises monetárias. Em resposta a essa necessidade, foram cunhadas as primeiras moedas no Brasil e, também, criadas as primeiras formas assemelhadas ao papel-moeda de que se tem notícia em nosso país.

Ordens de Pagamento e as Ordenanças (1636-1637, 1640 e 1644)[2]

Fig. 2 – Gravura do Século XVII (1655), do prédio da W.I.C (1621-1674), em Amsterdã.

Segundo o historiador Hermann Wätjen[3], que se baseou em manuscritos do Arquivo dos Estados Gerais e da WIC (W.I.C.O.C[4]), as emissões realizadas pelos holandeses, no Brasil, foram de duas espécies: as ***"ordens de pagamento"*** e as ***"ordenanças"***.

As ***"ordens de pagamento"*** surgiram durante a primeira fase da dominação holandesa (1630-1637), conhecida como período da *"Conquista"*, que vai da tomada de Olinda até a chegada de Maurício de Nassau.

Em junho de 1636, os Conselheiros informam aos Diretores da Companhia que começaram a emitir letras (sem qualquer autorização) sobre Amsterdã, por não haver mais dinheiro em caixa.

No Governo de Nassau, foi instaurada uma Comissão de Inquérito para apurar eventuais desatinos administrativos do antigo Governo. Essa Comissão constatou, entre outras irregularidades, que o *Colégio dos Conselheiros Políticos*, Órgão da Administração Superior da Conquista, havia emitido ***"ordens de pagamento"*** em número ilimitado, com base nas cifras das remessas de dinheiro que chegariam da Holanda a longo prazo, quando seriam resgatadas.

Essas ordens continham as assinaturas dos Conselheiros, motivo pelo qual, também, ficaram conhecidas como ***"assinados".*** Foram emitidas para a satisfação de dívidas e cobertura de gastos urgentes. No entanto, segundo ficou apurado, alguns Conselheiros não guardavam o devido decoro e viviam

luxuosamente às custas dos acionistas.

Houve emissões em excesso, suplantando a cifra nominal das esperadas remessas de dinheiro que viriam da Metrópole.

As ***“ordens de pagamento”*** ainda estavam sendo recolhidas em março de 1637, mediante a exibição de provas da correta aplicação e justa necessidade das somas nelas exaradas. Havia grande quantidade de ordens em circulação, sendo indeterminado seu número.

Emitiram-se ordens de valores avultados, de ***8.000, 10.000, 16.000, 20.000 e até 25.000 florins.***

As denominadas ***“ordenanças”*** apareceram mais tarde, já no Governo de Maurício de Nassau (1637-1644), diante da escassez de numerário e da ameaça da Armada Espanhola, que surgiu nas costas da Nova Holanda, em janeiro de 1640.

Com o desaparecimento da moeda circulante, viu-se o Governo obrigado a emitir as chamadas ***“ordennatien”***, ou seja, ordens de pagamento pelas rendas reais, em arrecadação, através de um decreto *(Decreto de 1640)* em que se determinava a aceitação obrigatória dessa espécie de “papel-moeda” em pagamento de qualquer transação. Como já havia acontecido com as *“ordens de pagamento”*, não foi respeitado o limite máximo de emissão, não tardando as ordenanças a inundar toda a região.

Ao mesmo tempo em que circulavam as *“ordenanças”*, entraram em circulação vales, em troca de farinha de mandioca e carne, caindo rapidamente o câmbio das ordenanças.

Os especuladores adquiriam as ordenanças em grande quantidade, por preço vil, e com elas pagavam seus impostos e compravam, em leilões, escravos expostos à venda. Quando o Governo vetou a utilização dos vales de farinha e carne no pagamento dos tributos, as ordenanças caíram ainda mais, a ponto de perderem 33 1/3 por cento do seu valor original.

Para conter a crise das ordenanças, foi decido pelos Diretores que as Câmaras da W.I.C fizessem remessas mais avultadas de moeda e, pouco a pouco, o Alto Conselho pôde resgatar o acervo existente de ***“ordenanças”*** e vales.

A administração de Nassau terminou em maio de 1644 e novas crises financeiras se sucederam, levando novamente à emissão das ***“ordenanças”***, diante do perigo de uma sublevação militar, que poderia pôr em perigo a dominação holandesa.

Podemos tentar estabelecer uma diferenciação entre estas duas espécies. As *ordens de pagamento* foram emitidas sem autorização legal, enquanto que as ordenanças estavam amparadas pelo Decreto de 1640, dando-lhes curso legal e forçado. Em ambos os casos houve emissões exacerbadas, suplantando a expectativa de crédito.

Não são conhecidos exemplares dessas primeiras manifestações, nem suas características, apenas que as *ordens de pagamento* continham as assinaturas dos Conselheiros holandeses e que foram emitidos os valores de 8.000, 10.000, 16.000, 20.000 e 25.000 florins, estes

considerados avultados, dando a entender que havia bilhetes de valores menores. As ***"ordens de pagamento"***, assim, tinham um valor determinado, diferindo dos da Real Extração dos Diamantes[5] que tinham um valor variável, conforme a quantidade de ouro apresentada. Das ***"ordenanças",*** não encontramos maiores detalhes.

A que tudo indica, esses bilhetes eram manuscritos diante da inexistência de impressores no Recife.

Sobre essas primeiras manifestações, temos os apontamentos de F. dos Santos Trigueiros. Vejamos:

> *"No século XVII, os holandeses, instalados militarmente em parte do território brasileiro, estavam sujeitos aos ataques das tropas empenhadas em expulsá-los. Confinados na área ocupada, sem rápida assistência da Metrópole, sofreram várias crises monetárias. Para solucioná-las, emitiram* ***"ordens de pagamento"*** *que, circulando como moeda, permitiram saldar os compromissos urgentes, sobretudo os da tropa, nem sempre disposta a esperar. Essas ordens eram resgatadas quando chegavam as remessas de moeda da Holanda. Não bastasse as preocupações dos limites terrestres e das despesas militares, sobreveio, por volta de 1640, a ameaça de um ataque da Espanha, o que provocou o desaparecimento da moeda em giro, escondida por seus possuidores. Novas medidas impunham-se para conjugar essa crise. Emitiram-se, então, as* ***"ordenanças"****, com curso legal e forçado,* ***em virtude da determinação de serem aceitas em qualquer obrigação comercial.*** *A emissão exagerada destes bilhetes acarretou a alta da moeda metálica e dos gêneros de primeira necessidade, afetando, naturalmente, o custo de vida, pois,* ***paralelamente, entraram também em circulação vales representativos de produtos de consumo.*** *Em 1643, essas "ordenanças" voltaram a circular, deixando, automaticamente, de terem curso, tanto como os florins, com a expulsão dos holandeses de nosso território.* ***Esses bilhetes marcaram a primeira manifestação de papel a circular como moeda.*** *Por terem sido, entretanto, posto em giro por tropa de ocupação e em território muito limitado, não tem qualquer relação com os papéis mais tarde emitidos em nosso país."* (*in*, Dinheiro no Brasil. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2ª ed., 1987, p.65-66) (grifo nosso).

Violo Ídolo Lissa, no seu excelente *"Catálogo do Papel-Moeda no Brasil"*, traz:

> *"Damos início ao presente trabalho com a emissão dos bilhetes da Real Extração dos Diamantes, Arraial do Tejuco, Capitania das Minas Gerais, autorizada pelo Regimento de 2 de agosto de 1771,* ***embora a***

primeira manifestação da emissão de papel-moeda no Brasil tenha sido as "Ordenanças", bilhetes emitidos pelos holandeses nos anos de 1640 e 1643, na área de ocupação de Recife, tendo curso forçado como moeda." (*in*, Catálogo do Papel-Moeda no Brasil, 1771-1986, Emissões oficiais, bancárias e regionais. Brasília: Editora Gráfica Brasiliana Ltda, 1987, p. 13). (grifo nosso).

Um outro aspecto interessante sobre essas emissões é que elas ocorreram no século XVII, quando nem mesmo o Banco Nacional Holandês havia sido organizado, sendo que este só veio a emitir seus primeiros bilhetes em 1814. No entanto, como podemos constatar, os holandeses já faziam uso da moeda de papel, para suprir a falta de numerário metálico.

Antes de terem início as emissões oficiais, os europeus utilizavam bilhetes manuscritos, contendo assinaturas, que depois seriam resgatados por moeda sonante. O Banco da Inglaterra emitiria seus primeiros bilhetes e certificados de depósitos em 1694 (no mesmo ano de sua fundação). Esses primeiros bilhetes eram manuscritos, sendo que, em 1696, o banco passou a utilizar bilhetes parcialmente impressos, ou seja, o valor, a numeração, a data de emissão, o beneficiário e as assinaturas eram manuscritos como um cheque.

Se até mesmo o Banco da Inglaterra emitiu bilhetes manuscritos nos primeiros anos, podemos imaginar que as *"ordens de pagamento"* e as *"ordenanças"* emitidas pelos holandeses, no Brasil, seriam manuscritas e não impressas. A inexistência de imprensa no Recife vem corroborar com essa idéia, mas nos faltam informações mais precisas.

Não encontramos referências, para efeito comparativo, de demais emissões que porventura teriam sido realizadas no período pela Administração Colonial Holandesa através da WIC, em outros territórios.

Fig. 3 – O mais antigo bilhete manuscrito conhecido do Banco da Inglaterra, do ano de 1695. A partir de 1696, os bilhetes passaram a ser parcialmente impressos. Exemplar do Museu do Banco da Inglaterra, Londres.

Em relação à sua congênere oriental, a *Verenigde Oostindische Compagnie* (VOC), ou seja, a Companhia das Índias Orientais, temos as emissões para as Índias Orientais Holandesas[6] a partir de 1703 – letras de

crédito, em *rijksdaalders*. Temos, ainda, um curioso exemplar de 1805, 50 *rijksdaalders* (S120), com texto impresso em holandês e árabe, ostentando o monograma da companhia, vejamos:

Teriam as *"ordens de pagamento"* e as *"ordenanças"* o monograma da W.I.C?

Não se sabe, mas parece inacreditável que não tenham restado exemplares desses bilhetes, diante da quantidade de documentos da Companhia ainda existentes em arquivos na Holanda e no Brasil. Acreditamos que à medida que esses arquivos forem mais amplamente divulgados, teremos mais novidades sobre esses bilhetes, ou seja, as primeiras manifestações assemelhadas ao papel-moeda de que se tem notícia no Brasil.

Além das primeiras manifestações de valores assemelhados ao papel-moeda naqueles anos (1636-37, 1640 e 1644 – as datas não são precisas), os holandeses cunharam, em 1645 e 1646, moedas de ouro nos valores de III, VI e XII florins e, em 1654, moedas de prata no valor de XII soldos.

Essas foram as primeiras moedas cunhadas para o Brasil.

Fig. 4 – 50 rijksdaalders (S120), das Índias Orientais Holandesas de 1805. Texto bilíngüe, holandês e árabe. Na parte inferior esquerda, podemos visualizar o monograma da VOC, a congênere oriental da W.I.C.

Observação:
Na segunda parte desta matéria, trataremos das moedas que circularam no Brasil Holandês e indicaremos a bibliografia utilizada.

NOTAS:

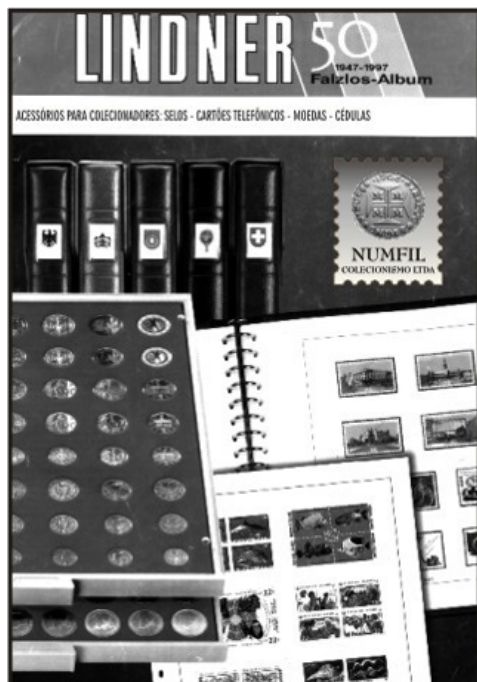
[1] A denominação em holandês era "Nieuw Holland", ou seja, Nova Holanda, mas o termo mais corrente sempre foi Brasil Holandês, mesmo entre os holandeses.

[2] As datas não são absolutas, sendo que estudos futuros podem vir a modificá-las.

[3] WÄTJEN, Hermann. ***O domínio colonial holandês no Brasil: Um capítulo da história colonial do século XVII.*** Recife: Cia. Ed. de Pernambuco, 2004, p.291-343.

[4] "West-Indische Compagnie, Oude Compagnie"*, ou seja,* WIC, Companhia Velha (1621-1674).

[5] Primeiros exemplares de que se tem prova material da circulação fiduciária no Brasil.

[6] Hoje Indonésia.

Temos interesse em adquirir:

Moedas anômalas (boné, defeito de cunho ou disco).

Material filatélico referente a:
- Mergulho submarino;
- Naufrágios;
- Conchas marinhas;
- Carimbos da cidade de Igaratá - SP (anteriores a 05/12/1969);
- Carimbos da cidade de Conchas - SP (da década de 40 ou anterior).

Celso e Daniela Suzuki

Cx. Postal 20.432 - Kobrasol
CEP 88102-970 - São José, SC
suzuki@floripa.com.br

Para anunciar no boletim
Santa Catarina Filatélica:

Página inteira:	R$ 60,00
Meia página:	R$ 40,00
Terço de página:	R$ 30,00
Quarto de página:	R$ 20,00

Próxima edição: agosto/2009

O Colecionismo depende de todos nós.

Material “borderline” numa Coleção Temática

Carlos Dalmiro da Silva Soares - Itajaí, SC

Existem elementos, que por certo descobriremos em nossa pesquisa filatélica, que se localizam num verdadeiro limbo, no limiar entre o inapropriado e o tolerado, filatelicamente falando. Podemos classificá-los na categoria de “borderline” (na linha de divisa, na fronteira), ou como dizem os franceses “le matériel limite”.

Estamos nos referindo, em outras palavras, a todos os tipos de documentos cuja natureza não permite que sejam claramente classificados na categoria de “material adequado”, bem como, não podem ser tidos, igualmente, como “documentos inapropriados ou inconvenientes”, tal como definido pela FIP, em sua regulamentação[1].

Tais artigos apenas podem ser excepcionalmente adicionados, com muita moderação e grande dose de cautela, em nossas coleções, desde que acompanhados de uma boa e convincente argumentação temática e estribados em muito bom senso. Por vezes, alguns expositores não resistem à tentação de incluir alguns desses artigos, por já os ter, por tratarem-se de peças bonitas ou vistosas, ou por imaginarem, erroneamente, que todo material postado tem o devido lugar numa coleção filatélica temática, achando que os jurados devam ser “tolerantes”. Um ledo engano, por vezes, fatal.

Bernard Beston (FAP) e John Sinfield (MAP) observaram, em seminário realizado durante a Taipei 2005:

> “Borderline material
> Consider all philatelic material. Is it suitable? Is there another item that tells the history better? Is an other item likely too achieve higher points for rarity or condition?
> If the item is borderline [but nice] replace it.” [2]

Cabe lembrar que alguns jurados são realmente mais condescendentes. Porém, a grande maioria não gosta de que se avance muito nessa área movediça e tiram, efetivamente, preciosos pontos no momento do julgamento, quando se deparam com aqueles itens.

Lemos nas DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES DE FILATELIA TEMÁTICA da FIP:

> “A variedade de serviços e regulamentações postais existe em diferentes países e sua evolução ao longo do tempo torna impossível elaborar uma listagem com todos os casos possíveis. Algumas peças atendem somente até certo ponto às descrições anteriormente feitas, referentes a material apropriado ou inapropriado; por isso, devem ser

usadas principalmente quando não exista outro material mais pertinente para descrever um detalhe temático. Quando incluídas na participação, deverão estar sempre lastreadas numa justificativa filatélica consistente.

Peças que fazem parte da cultura filatélica específica de um tema, país ou região podem ser toleradas desde que estejam justificadas e o seu número seja proporcional ao grau de elaboração da participação”.

O francês Robert Migoux[3] propõe quatro questionamentos que devemos fazer e que nos permitem averiguar se um documento deve ser realmente empregado em nossa coleção:

a) Não tenho nenhum outro documento filatélico, sobre o qual não paira dúvida, que pode ser usado aqui?

b) Não posso mudar a minha apresentação ligeiramente e remover essa passagem em que está incluído o documento?

c) Esse documento não é suscetível de levantar dúvidas quanto ao meu conhecimento filatélico?

d) Não será o elevado preço pago o que me leva a usá-lo?

O elemento raridade não é assim justificativa para a inclusão desses artigos. Vejamos:

“Borderline items, as they are not fully postal, must be complementary items whenever a thematic detail necessary for keeping development in balance can be depicted only trough that specific item. They can not be inserted because of their rarity”.[4]

Entre os exemplos mais conhecidos na literatura filatélica, de itens borderline, podemos citar: os envelopes patrióticos (EUA), certos envelopes privados com propaganda (advertising covers) e até mesmo os “cachet covers”.

Podemos, assim, arrolar a campanha do “Ocean Post Postage” (documentada na história postal), visando que as cartas

destinadas ao exterior tivessem o preço padronizado em 1 Penny, como ocorria no âmbito da Comunidade Britânica. A campanha transcorreu entre o final dos anos 1840 e início da década seguinte. O envelope empregado continha estampa (de iniciativa privada) da divindade Tritão, filho de Poseidon (Netuno) e Amphitrite. Esse artigo é presença recorrente em coleções, por exemplo, dedicadas à Mitologia Aquática.

Por vezes, essas peças derivam de um elemento ou formulário emitido pela própria autoridade postal ou a cargo desta, para fazer frente a alguma obrigação de cunho legal, adicionado de selo postal e carimbos usuais, faltando-lhe porém, nesses casos, a circulação típica dos serviços postais comezinhos.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Entre esses últimos, podemos arrolar a LICENÇA DE RADIODIFUSÃO, aqui no Brasil. Por força do decreto-lei número 2.979, de 23 de janeiro de 1941, o registro de aparelhos receptores de radiodifusão, criado pelo decreto número 21.111, de primeiro de março de 1932, deveria ser feito, anualmente, em caráter obrigatório, perante as Diretorias Regionais e Repartições subordinadas ao Departamento de Correios e Telégrafos. Os formulários reproduzidos nesta página constituem-se em recibos comprobatórios de quitação de uma taxa pública, materializada num pagamento de natureza não postal, autenticado porém mediante a aposição de selos e carimbos, oriundos do serviço usual. Algo lindeiro, contido no âmbito da fiscalidade.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Na França, tivemos a emissão de vinhetas próprias para atestar o pagamento de taxa pela posse de aparelhos de rádio difusão.

O autor é filatelista temático, membro da Associação Filatélica e Numismática de SC (AFSC), da Associação Brasileira de Filatelia Temática (ABRAFITE), integrante da Diretoria da FEFINUSC e expositor com as coleções "Petroleum: the Black Gold" e "Energia Nuclear"

Notas:

[1] Consoante Robert Migoux, in La Philatélie Thématique, Paris, 1995, p. 127

[2] From Gold to Large Gold, in the Asia Pacific Exhibitor, vol. 19-3, Aug 2006 (Whole Number 69), 139.

[3] Lemos em francês: "N'ai-je pas un autre document, indiscutable, qui puisse être utilisé ici? Ne pourrais-je pás changer très légèrement mon exposé et écarter ce passage où mon document limite doit figurer? Est-ce que ce document ne risque pas de faire douter de mes connaissances philatéliques? Est-ce le prix élevé, payé pour ce document qui me pousse à l'utiliser? (La Philatélie Thématique. P. 128)

[4] In TCNews, BULLETIN OF THE FIP THEMATIC COMMISSION n. 17 – July 2004, p. 02.

Peças acidentadas em coleções temáticas

Demétrio Delizoicov Neto - Florianópolis, SC

A diversidade filatélica é uma das principais características que deve estar presente numa coleção temática. A exibição numa mesma folha e, de modo frequente, em todas as folhas, de vários tipos de material devidamente articulados com o tema constitui tarefa permanente no aprimoramento de coleções. Nas **Diretrizes para Avaliação das Coleções Temáticas (Guidelines)**, no seu item 3.1 - *"Material filatélico apropriado"* - encontra-se uma longa e detalhada lista de possibilidades que orientam uma busca consistente de material postal-filatélico.

Neste desafio de se ter uma coleção que apresente um desenvolvimento diversificado, colecionadores temáticos conhecem muito bem a dificuldade de se encontrar peças que se originaram de correspondência envolvida em acidente durante o seu transporte sob a responsabilidade das empresas de correio. Tais peças constituem verdadeiras raridades, algumas podem ser únicas. São exemplos de peças raras as correspondências provenientes de acidentes aéreos ou naufrágios.

Como resultado de muitos anos de procura, em leilões nacionais e internacionais, de peças acidentadas, que teriam relação com alguma possível temática, consegui localizar uma quantidade bastante reduzida. Creio que os dedos das duas mãos seriam mais do que suficientes para contá-las. O motivo principal da dificuldade em encontrar peças com essas características - obviamente, além de, é claro, não estar procurando em locais apropriados que as comercializam - é uma interpretação decorrente do **Regulamento Especial para Avaliação de Participações Temáticas Competitivas (SREV)**, item 4.3 *"Condição e Raridade"*, articulado a aspectos do item 3.1, já referido, das **Diretrizes para Avaliação das Coleções Temáticas (Guidelines)**.

Sobre *Condição e Raridade*, temos:

> *Os critérios de "Condição e Raridade" requerem uma avaliação da qualidade do material exposto, considerando o padrão daquilo que existe disponível para o tema escolhido, bem como a raridade e dificuldade relativa de aquisição do material selecionado. (SREV, 4.3)*
>
> *É evidente que as peças que, apesar de serem muito raras, não tenham relação com o tema, ou essa relação seja insuficiente, não devem ser levadas em conta ao se avaliar esse critério. (Guidelines, 4.3)*

Encontramos nas considerações sobre *Material Filatélico Apropriado* o seguinte:

... um carimbo de data e lugar, quando se refere a um acontecimento especial ocorrido nessa mesma data e lugar, só é relevante se outros elementos temáticos do documento estiverem relacionados ao tema ou se tiverem uma significação temática específica desde o ponto de vista da história postal; nesse último caso, deve ser usado somente se contiver algum detalhe importante do tema. (Guidelines, 3.1)

A partir disso, podem ser usadas peças acidentadas cujas marcas postais tenham relação direta com uma particular temática que é objeto da coleção. Nesse caso, tanto as que obliteraram os selos como aquelas oriundas da informação sobre o acidente, ocorrido com o transporte do malote pelas empresas de correio. Peças com essas condições certamente são aceitas em exposições competitivas, sem sombra de dúvida, além de poderem, também, ser consideradas como raras.

Um exemplo é o que se apresenta a seguir (ver imagem nesta página):

Trata-se de um carimbo (uma flâmula) que pode ter relação direta com o desenvolvimento de várias temáticas, dependendo da criatividade do expositor. São peças com essas características as que muito raramente localizei em leilões, pois restringia a procura somente por peças cujas marcas postais fossem temáticas.

Essa interpretação advém do fato de que, de modo geral, quando é apenas o selo fixado na peça circulada que pertence a uma particular temática, é ele que deve ser exposto isoladamente e não a peça toda, uma vez que nada, além do selo, mantém relação como o tema. Em outros termos, uma carta, por exemplo, nessas condições, estaria simplesmente preenchendo espaço na folha da coleção, uma vez que nada justificaria ali sua presença.

Carta acidentada durante o seu transporte de Paris (28/5/1969) para La Rochelle e respectivo envelope de reenvio (Paris, 18/6/1969). Carimbo: *"Floralies internationales de Paris"*. (imagem com a área da flâmula em destaque).

No entanto, essa interpretação, como concluí recentemente, parece ser bastante limitada, quando se trata de carta acidentada. De fato, na LUBRAPEX 2006, ocorrida no Rio de Janeiro, observei que em duas coleções temáticas históricas estavam expostas cartas

acidentadas e nas quais as relações com os respectivos temas não dizem respeito a nenhuma marca postal anterior ao acidente. Uma das coleções participava na Classe Especial e é a premiadíssima coleção de José Evair sobre orquídeas, na qual estava exposta a carta apresentada a seguir:

Primeiro voo LATI Brasil - Itália. Carta recuperada de acidente aéreo, ocorrido no Marrocos, em 21 de dezembro de 1939.

Conforme se pode observar, o único elemento da carta referente ao tema da coleção está num selo que apresenta danos devido ao acidente. São as quatro orquídeas desenhadas, uma em cada canto do selo emitido, em 1938, pelo Brasil e que comemora a 1ª Reunião Sul-Americana de Botânica.

Cabe a pergunta: o que justificaria a presença dessa peça?

Consultei o premiado expositor temático português, Julio Maia, presente no recinto da LUBRAPEX 2006, sobre a pertinência do uso dessa peça, uma vez que, até então, minha compreensão era de que haveria a necessidade de marca postal, referente ao tema da coleção, sobre a correspondência exposta. Ele defendeu a presença de peças como essa em exposições competitivas, inclusive se referiu a uma outra coleção de Portugal, a *L'Automobile* do colecionador temático Eduardo José Oliveira e Souza, que obteve 97 pontos e medalha Grande Ouro na LUBRAPEX 2006. Nessa coleção, estavam expostas duas cartas acidentadas da Holanda (acidentes de viaturas postais), uma devido a incêndio e outra por imersão na água, com selos deslocados. Nenhum outro elemento presente nas cartas se relacionava diretamente com o tema automóvel.

De fato, o Guidelines para avaliação de coleções temáticas, informa que:

> *Carimbos genéricos podem ser usados pelo significado específico do nome de um lugar ou pela razão pela qual esse lugar existe. Alternativamente, estes podem conter uma informação temática pertinente (ex.: texto publicitário ou ilustração), afora os dados referentes ao lugar e/ou à data. Uma marca postal, mesmo que sendo do período pré-filatélico, não documenta o lugar de nascimento*

> *de uma pessoa. Igualmente, um carimbo de data e lugar, quando se refere a um acontecimento especial ocorrido nessa mesma data e lugar,* ***só é relevante se outros elementos temáticos do documento estiverem relacionados ao tema ...*** *(Guidelines, 3.1, grifo meu)*

Assim, com um pouco mais de atenção a essa norma, é possível considerar que o uso das referidas peças dessas duas coleções também é possível. Vejamos:

Em relação às duas cartas da coleção *L'Automobile*, o que justifica a presença delas é uma significação temática específica, qual seja, o transporte por veículo postal, que se relaciona com o desenvolvimento do tema desde o ponto de vista da história postal.

Quanto à carta da coleção de orquídeas, de José Evair, temos:

1 – um carimbo em que consta acontecimento especial, qual seja, o primeiro vôo LATI Brasil-Itália que, por sua vez, foi acidentado, isto é, temos dois acontecimentos especiais que, no entanto, não se relacionam diretamente com a temática sobre orquídeas, objeto da coleção;

2 – Um "outro elemento temático", e único, que se relaciona diretamente com o tema das orquídeas: o selo afixado.

Parece, portanto, ser consistente, e em acordo com o Guidelines, o uso dessa peça, e não apenas o selo isolado sobre o tema, pelo fato do selo estar afixado sobre uma carta que, além de acidentada, documenta um outro acontecimento especial em decorrência do qual houve o acidente que transportava o malote da empresa de correio.

Há, além dessa interpretação, uma segunda que, de modo equivalente, justificaria o uso dessa peça. Vejamos: É possível considerar que, em determinadas situações, um selo acidentado ao portear uma correspondência constitua uma raridade. Nesse caso, que melhor documento, além da carta acidentada com o referido selo nela afixado, comprovaria que o selo sofreu, realmente, um acidente? Analisado por esse ponto de vista, parece ser possível o uso de peças comprovadamente acidentadas durante seu transporte pelo correio, mesmo quando possuam somente o selo como elemento diretamente relacionado à temática.

Censura da Chefatura de Polícia

Roberto João Eissler - Jaraguá do Sul, SC

Os aficcionados pela história postal, em particular pela censura postal brasileira, conhecem o catálogo Meiffert "Zensurpost in Brasilien 1917-1964". Ele é ilustrado, o que quer dizer que, mesmo sem as explicações, é possível usá-lo como referência nas coleções.

Contudo, para o público alemão, ele apresenta uma ou outra explicação sobre os escritos do carimbo, uma espécie de legenda. Por exemplo, no carimbo 1.2.46 menciona "R.A.A.Aé. = Regimento Artilharia Anti Aéreo = Flugabwehr-Einheit", no carimbo 1.2.51 ele traduz "F.A.B = Força Aérea Brasileira = Brasilianische Luftwaffe", entre outros.

Essas traduções nem sempre são simples de serem feitas. Encontrar a palavra correta, exatamente a nomenclatura que expressa o sentido exato no contexto em que está inserido, costuma apresentar dificuldades. A tradução é, tradicionalmente, um exercício difícil e ardiloso. Requer, no mínimo, o conhecimento de dois idiomas – aquele do qual se traduz e aquele para o qual o texto é vertido. A fluência em mais línguas ajuda, evidentemente, pois muitas vezes é num vocábulo de outro idioma que se encontra a solução adequada. Como já disse George Barrow, "toda tradução é, no melhor dos casos, um eco".

Ao encontrar um carimbo não listado nesse catálogo (*ver figuras*), fiquei imaginando como seria a tradução para o alemão da expressão "chefatura de polícia".

O dicionário Aurélio apresenta relação entre as palavras chefatura e delegacia, pois chefatura é a repartição onde o chefe dá expediente e delegacia é a repartição onde

Verso (parcial) do envelope, com carimbo retangular na cor preta, medindo 58 x 34 mm do "Serviço de Censura da Chefatura de Polícia".

o delegado dá expediente.

A palavra “delegacia” aparece no catálogo Meiffert mais de uma dúzia de vezes, seja nos carimbos seja em etiquetas de censura. Entretanto, a expressão “chefatura de polícia” não aparece.

No dicionário Langenscheidts, há o termo “Hauptgebäude” para “chefatura de polícia”. Pronto, simples. Havia uma palavra para essa expressão.

Não satisfeito, decidi escrever (aos 10/2/09) para um amigo que, por diversas vezes, ajudou-me com traduções. Sabendo que ele gosta dessas questões gramaticais, perguntei-lhe se “Polizei-Hauptgebäude” seria a melhor tradução para Chefatura de Polícia ?

Eis a resposta dele em 16/2/2009: “o termo “chefatura de polícia” nunca vi em alemão, mas graças a um dos meus hobbies no passado de ler KRIMINALROMANE, tenho, muitas vezes, encontrado o termo Polizeipraesidium (não confundir Praesidium = presidente, com presídio, cadeia) para denominar justamente uma repartição policial que exerce a função de chefia”.

Sugiro, portanto, traduzir chefatura com Polizeipraesidium, como nos romances policiais da Alemanha, muito embora a palavra chefatura não parecer autenticamente portuguesa, pois, consultei o dicionário Michaelis português-alemão, edição de 1911, onde dita palavra nem existe.

Em compensação, também não existe Polizei praesidium, no mesmo “Deutsch-Portugiesisch” de 1911, onde só consta “Polizeibureau” (escritório policial), palavra, aliás, de grafia antiquada, pois, hoje seria “polizeibuero”. Lá como aqui também existem reformas ortográficas”.

Assim sendo, espero que o leitor encontre nessas linhas subsídios para a tradução ou “eco” desse termo.

Envelope (e carta inclusa) com saída de São Luís, MA aos 28.01.1936
e destino ao Rio de Janeiro, com chegada aos 31.01.1936.

A Columbofilia nas Olimpíadas

Americo Rebelo - Porto, PORTUGAL

A Columbofilia é a arte de criar pombos-correios para competição. É um desporto originário da Bélgica, tendo o seu início no dia 15 de Junho de 1820. O pombo-correio foi uma das primeiras aves domésticas a aparecer, por volta do ano de 3000 a.C., sendo usado como mensageiro no ano de 1800 a.C. É uma ave com porte, beleza e inteligência fora do vulgar. O homem já descobriu muitas coisas através das novas tecnologias, mas ainda não conseguiu descobrir "o fenómeno do sentido de orientação dos pombos-correios".

Em Portugal, a Columbofilia é a modalidade esportiva que ocupa o segundo lugar, com mais adeptos, logo a seguir ao futebol. É gerida por regras internacionais, havendo uma Federação Columbófila Internacional, sediada na Bélgica, à qual estão filiadas 64 Federações dos vários países do Mundo. Portugal é representado pela Federação Portuguesa de Columbofilia, fundada em 1945, e sediada em Coimbra. Por sua vez, na Federação Portuguesa de Columbofilia estão inscritas 14 associações que representam cerca de 800 clubes e 18.500 associados, tendo recenseados em torno de 4.500.000 pombos. Olhando ao peso e ao entusiasmo que essa modalidade tem em Portugal, o Presidente da Federação Columbófila Internacional é um Português, José Tereso, que ocupa simultaneamente o cargo de Presidente da Federação Portuguesa de Columbofilia. O seu nome foi escolhido em 2005, quando se organizou, em Portugal, na Cidade do Porto, as XXIX Olimpíadas de Columbofilia. A sua eleição teve o apoio de 32 países e ocorreu na cidade Belga de Oostende, sitio onde se organizam as Olimpíadas da modalidade. Independentemente da participação das Olimpíadas, essa modalidade também é representada em nível de várias exposições, quer Nacional quer Internacional. Esses eventos têm uma força de tal ordem, em Portugal, que são reconhecidos pelas entidades governamentais, conforme mensagem de sua Ex.ª Sr. º Presidente da Republica durante a XI Exposição Ibérica, em janeiro de 2002:

" Vivemos o entusiasmo de dinamizar um projecto com dimensão Ibérica numa modalidade que exige uma invulgar dedicação e tem sabido conquistar elevado prestígio além fronteiras, facto que com toda a justiça merece ser

realçado. É com muito gosto que me associo a esta Exposição Nacional e Ibérica de Pombos-Correio. O sucesso de tal iniciativa vai recompensar, estou certo, o empenho e o entusiasmo de todos quantos contribuíram para a concretização desta iniciativa, nomeadamente, a Associação Columbófila do Distrito de Lisboa. Aproveito, ainda, a oportunidade para cumprimentar todos os participantes presentes neste evento, desejando-lhes as maiores felicidades desportivas e pessoais".

O Presidente da República,

Jorge Fernando Branco de Sampaio

Os mais célebres columbófilos de todos os tempos foram os Irmãos Janssem de Arendonk. Segundo informações da Imprensa Internacional, foram eles que revolucionaram o mundo columbófilo, isso no sentido positivo. Graças a eles, as raças "Janssem" tiveram uma grande procura em nível internacional.

"Aves de Portugal" - 4º Grupo - 7.3.2003

Os Pombos-correios pertencem à ordem dos Columbiformes e à família Columbidae, sendo o resultado de cruzamentos de diversas raças Belgas e Inglesas, feitos em meados do século XIX. A característica principal desse tipo de ave é o sentido de orientação, tendo os machos um peso aproximado entre 425 e 450 gramas. As fêmeas são mais pesadas, tendo um peso aproximado de 480 gramas. Essas aves têm capacidade para percorrer por dia, cerca de 1.000 km, à velocidade média de 90 km por hora. Para que isso aconteça, as aves terão que estar bem de saúde, tendo vivacidade de voo e grande resistência à fadiga. Filatelicamente, essa espécie está bem representada quer em nível Nacional quer Internacional.

Após vários estudos efectuados, os ornitólogos chegaram à conclusão de que o pombo que se vê na maioria das cidades, resulta do cruzamento das espécies pombos bravos (Columba Livia Livia) e pombos domésticos (Columba Livia). Para a maioria das pessoas,

pombo Trocaz

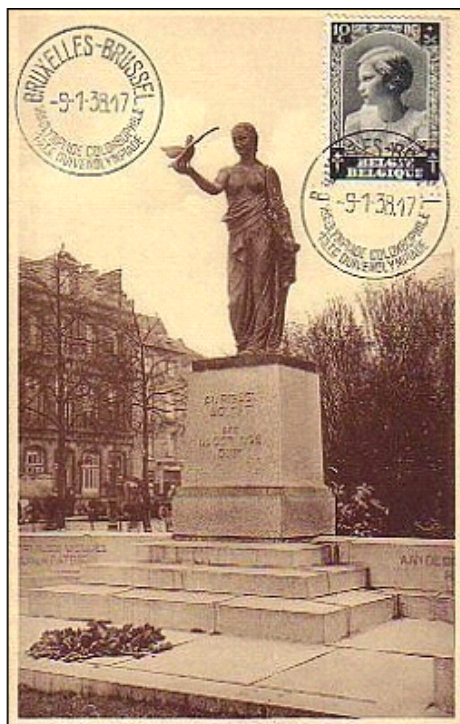
Aves da Região – Ponta Delgada

C.T.T – Ponta Delgada 18.10.88

pombo Selvagem

Aves da Região – Funchal

C.T.T - Funchal 6.03.87

os pombos das cidades não são bem aceitos por causarem vários incômodos de ordem sanitária, estética e higiênica, sendo impossível o controle da sua reprodução. Mas ainda, e felizmente, não há dados que mostrem que esses pombos sejam portadores de doenças transmissíveis para o ser humano. Existem vários estudos publicados, mostrando que algumas raças de pombos domésticos têm um sentido de orientação apurado, que regressam sempre ao local de partida. Essas raças tiveram um papel muito importante nos tempos antigos. Os pombos eram usados para levar mensagens militares e administrativas, como exemplo nas Olimpíadas da antiga Atenas e em várias ações militares. Para muitos países, a Columbofilia fazia parte dos organismos militares, por se reconhecer o papel importante que os pombos tinham na estratégia militar e global de defesa.

Postal Máximo referente às Olimpíadas de 1938.

Carta circulada de Cuba para Portalegre em 7 de Abril 1969, conforme carimbo na frente da carta.

No verso da carta há os seguintes carimbos:

Admon. Correios Mananzanillo Olé – Cancelado **–** Esse carimbo está ao centro da carta, provavelmente o comprovativo em como ia fechada.
Centro distribuição – 8 ABR 1969 – Carimbo do lado direito, parte de baixo.
Certificação ???? Internacional - 14 ABR 1969 – Carimbo do lado esquerdo superior. Do mesmo lado tem outro carimbo ilegível
Correios de Lisboa – 21.4.69 – 9 H. – Carimbo de passagem por Lisboa – Lado esquerdo batido a preto.

O selo das Aves que se encontra na parte da frente é um pombo-correio, sendo da Emissão dos Correios de Cuba – 1969 – Pombas (Palomas /Dove)

BIBLIOGRAFIA:

- ***Irmãos Janssen de Arendonk***
- ***Histórias e Sucesso – Uma Viagem pela Bélgica Columbófila***
- ***Num Voo de Pombos***
- ***Catalogo de Selos Temáticos – Fauna – Aves***
- ***Catalogo de selos Postais e Marcas Pré Adesivas da Afinsa***
- ***Livro Vermelho dos Vertebrados***
- ***A Asa – Instrumento de Voo***

A Coleção dos Selos MACHINS

Diego Salcedo - Recife, PE

Pensei em escrever algumas informações sobre o colecionismo dos selos postais chamados "MACHINS". Se, por acaso, o colega que coleciona esse material já souber dessas informações, perdão pela redundância. Que sirva, então, para iniciantes e curiosos. Antes de mais nada, quero indicar um livro específico sobre os MACHINS. O seu conteúdo está em Inglês. Chama-se: *The complete Deegam Machin Handbook*. Seu autor é John Deerin (e-mail para pedidos com o autor:

machins@johndeering.demon.co.uk

A última edição é de 2003, dividido em duas partes, em quatro volumes. Custa aproximadamente R$ 280,00. **Para colecionadores de MACHINS, isso é investimento e conhecimento.**

Outro ponto relevante, que vale ressaltar, trata sobre a questão da escolha da temática de sua coleção e a condição de buscar a informação para agregar-lhe valor. Se a escolha do <u>tema</u> e, por ventura, do <u>assunto</u> (**conceitos que não significam a mesma coisa**), não for abordada na língua portuguesa, far-se-á necessário estudar a língua em questão. Logo, no caso do colecionismo dos MACHINS, aprender inglês faz-se necessário. Quando sugiro que isso agrega valor à coleção, também é possivel afirmar que, em verdade, agrega valor à pessoa, ao colecionador e, em certa medida, a todos que o rodeiam direta e indiretamente. Se alguém se interessar sobre o por que dessa minha visão de valor agregado no colecionismo, sugiro a leitura do livro, traduzido ao português, de Pierre Lévy e Michel Authier, *As árvores de conhecimentos.*

Dando sequência às questões sobre os MACHINS.

O que são os MACHINS? São selos postais, do tipo ordinário, emitidos pelo Reino Unido (não confundir com Inglaterra). O Reino Unido (United Kingdom = UK) é constituído pela Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales. Isso significa que esses selos são emitidos e utilizados por todos esses países que constituem o Reino Unido.

NOTA: <u>Selos ordinários ou definitivos ou regulares</u>, segundo Machado e Queiroz (1994, p .74), "são aqueles emitidos para uso comum, não limitados no tempo nem na quantidade. Podem ser reimpressos quantas vezes for preciso, pois não têm tiragem limitada, nem prazo fixado para sair de circulação", ao contrário do que ocorre com os selos do tipo comemorativo, taxa, etc.

De onde vem o nome MACHIN? O nome Machin, quando referido ao colecionismo desse tipo específico de selo

postal, tem sua origem no nome do escultor, Arnold Machin, que criou a peça que serviu como base para a figura (efígie) que está impressa no selo postal. A imagem é da Rainha Elizabeth II.

Qual o tamanho dessa coleção? Colecionar MACHINS significa encarar a maior coleção de selos postais ordinários já produzidos no mundo. Várias centenas de tipos (com variações de cores e cifras) foram elaboradas para esse pequeno pedaço de papel.

NOTA: Aliás, vale pontuar que <u>não necessariamente</u> todo selo ordinário <u>tem que ser pequeno e apenas trazer impresso uma efígie, um brasão ou um valor facial (cifra)</u>. Como exemplo de que isso não é uma regra, temos no Brasil os seguintes exemplos:

1. Emissão de 1976 até 1977 - Tipos e Profissões Nacionais: as imagens remetem às atividades, por exemplo, de jangadeiro, carreiro, vaqueiro, barqueiro, garimpeiro, pescador, etc.
2. Emissão de 1980 até 1985 - Recursos Ecônomicos Nacionais: as imagens remetem à avicultura, côco, manga, guaraná, trigo, algodão, etc.

E outros exemplos mais.

Primeira emissão do MACHIN? A primeira emisão desse selo foi em três valores diferentes, em maio de 1967.

O que devo procurar nesses selos postais para tornar-me conhecedor do acervo? Algumas características são importantes no colecionismo de selos postais. São as chamadas "variedades" de cada peça. Isso a torna singular quando faz parte de um acervo. Com relação aos MACHINS, é relevante perceber características como: barras de fosforecência, tipos de impressão (litogravura ou fotogravura), estilos dos valores faciais (cifras), emissões nacionais ou regionais (brasões), tipo de papel, picote e outras.

NOTA: Quero destacar uma distinção para as emissões regionais dos MACHINS.

Quatro regiões britânicas utilizam as mesmas emissões, mas para diferenciar-se entre si e da Inglaterra, imprimiram brasões (objetos de estudo da Heráldica) na margem superior esquerda do selo. Segue a lista das regiões e o significado de cada brasão:

1. Nothern Ireland (em português Irlanda do Norte) - uma mão vermelha dentro de uma estrela, abaixo de uma coroa (símbolo heráldico de Ulster). Ulster é uma das províncias históricas da Irlanda. Também é o nome do dialeto que teve origem nessa região norte da Ilha da Irlanda.

2. Scotland (em português Escócia) - leão (símbolo heráldico da Escócia) com a língua e as garras sendo mostradas. Os leões são imagens muito utilizadas em Brasões, Escudos e Bandeiras. No caso da Escócia, é utilizada desde o século XI. (Escócia em inglês = Scotland que significa terra dos Scots, família imperial).

3. Wales (em português País de Gales) - dragão (símbolo heráldico de Wales) com a língua e as garras sendo mostradas, de quatro patas e duas asas. Foi cunhada nas moedas inglesas (objeto de estudo da Numismática) e na bandeira de Gales, em vermelho, pelo galês Henrique VII Tudor em 1485.

4. Isle of Man (em português Ilha do Homem) - três pernas dentro de um círculo ou uma roda (símbolo heráldico da Ilha). Esse símbolo é o triskelion (termo Grego que significa três pernas interconectadas) . Originou-se de uma lenda que conta que Manannan (Rei dos Mares da Mitologia Célta) se transformou nas três pernas e rodou morro abaixo para expulsar os invasores. Existem diversos modelos dessa imagem.

Observação: para ver imagens dos Machins, dos tipos regionais e seus brasões acessem as páginas eletrônicas que estão listadas nas Referências Bibliográficas.

Quero chamar a atenção sobre como é vasto o conhecimento que se estende numa rede conceitual infinita e complexa, a partir de uma imagem num selo postal. Se ao pegar um selo com uma imagem simples, como um Machin, já dá para escrever um livro, imaginem um Machin com brasões e, mais além, imaginem o que se pode dizer sobre as imagens nos selos postais comemorativos. O colecionismo vai além de classificar e catalogar unidades, o que tem sua função. Mas tem, também, a ver com conhecimento, memória, curiosidade, emancipação intelectual, aventura, caminhos desconhecidos, em fim, vida. Abaixo, divido com vocês um trecho de um artigo que escrevi e que foi publicado em revista científica.

> "O que dizer de tão rica e lúdica fonte de informação? Esse pequeno pedaço de papel, indiferente às diversas formas como se apresenta e aos suportes aos quais é agregado, elimina distâncias, preserva na forma de texto e imagem (relação verbo-visual), com criatividade, uma possível história da humanidade."
> (SALCEDO, 2008, p. 191-192).

Referências Bibliográficas

MACHADO, Paulo Sá; QUEIROZ, Raymundo Galvão de. *Dicionário de Filatelia*. Lisboa: ASA, 1994.

MEYER, Rolf Harald. *Catálogo de Selos do Brasil 1994.* 49. ed. São Paulo: RHM, 1994. v. 3 (1967- 1993).

SALCEDO, Diego A. A visibilidade da ciência nos selos postais comemorativos. *E-Compós*, Brasília, v.12, n.1, jan./abr. 2009, p. 1-16.

www.filatelia77.com.br/informativo/machin.htm. Acessado em 16.11.2008..

www.adminware.ca/machin.htm. Acessado em 16.11.2008.

Agências Postais do Amazonas durante o Império Brasileiro

Luis Claudio Fritzen - Florianópolis, SC

Embora pelo Tratado de Tordesilhas (1494), todo o vale amazônico se encontrasse nos domínios da Coroa espanhola, a foz do grande rio só foi descoberta seis anos mais tarde, por Vicente Yáñez Pinzón, que a alcançou em fevereiro de 1500, seguido por seu primo Diego de Lepe, em abril do mesmo ano. Quatro décadas depois, outros espanhóis, Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, partindo de Quito, no atual Equador, atravessaram a cordilheira dos Andes e exploraram o curso do rio até ao Oceano Atlântico. A viagem, que durou de 1540 a 1542, foi relatada pelo dominicano frei Gaspar de Carvajal. Ainda no século XVI, registraram-se a expedição de Pedro de Ursua e Lope de Aguirre (1559-1561) em busca do lendário Eldorado.

O nome "Amazonas" é de origem indígena, da palavra amassunu, que quer dizer "ruído de águas, água que retumba", e foi, originalmente, dado ao rio que banha o Estado, pelo capitão espanhol Francisco Orelhana, quando, ao descê-lo em todo o comprimento em 1541, a certa altura encontrou uma tribo de índias guerreiras, com a qual lutou. Associando-as às Amazonas do Termodonte, mística mulheres da Grécia antiga, deu-lhes o mesmo nome.

Sem ocupação efetiva, além de algumas feitorias inglesas e holandesas explorando as chamadas "drogas do sertão", somente durante a Dinastia Filipina (1580-1640) a Coroa hispano-portuguesa se interessou pela região, com a fundação de Santa Maria das Graças de Belém do Grão-Pará (1616), sendo dignas de registro a expedição do Capitão-mór da Capitania do Grão-Pará e Cabo, Pedro Teixeira, que percorreu o grande rio do Oceano Atlântico até Quito (1637-1639), e logo em seguida a de Antônio Raposo Tavares, cuja bandeira, saindo da Capitania de São Vicente, atingiu os Andes, retornando pelo rio Amazonas até Belém, percorrendo um total de cerca de 12.000 quilômetros, entre 1648 e 1651.

Mapa parcial do Brasil imperial, mostrando a então Província do Amazonas.

No século XVIII, a região do alto rio Amazonas foi considerada estratégica tanto para a diplomacia espanhola - por

representar via de acesso ao Vice-reino do Peru -, quanto para a portuguesa, especialmente a partir da descoberta de ouro nos sertões de Mato Grosso e de Goiás. É nesse contexto que se inserem as instruções secretas passadas por Sua Majestade ao Governador e Capitão General da Capitania do Grão-Pará, João Pereira Caldas, para que fossem fundadas sete feitorias pelo curso dos rios amazônicos, de Belém até Vila Bela do Mato Grosso e à capital da Capitania do rio Negro, para apoiar o comércio (contrabando), com as províncias espanholas do Orinoco (Venezuela), de Quito (Equador), e do Peru, comércio esse que antes se fazia com a Colônia do Sacramento (Instrução Secretíssima, c. 1773. Museu Conde de Linhares, Rio de Janeiro). A assinatura do Tratado de Madrid (1750) ratificou essa visão, tendo a Coroa portuguesa feito valer, também na região, o princípio do "uti possidetis", apoiado por uma linha de posições defensivas que, mesmo virtualmente abandonadas após o Consulado Pombalino (1750-1777) e durante o século XIX, legariam à diplomacia da nascente nação brasileira os seus atuais contornos fronteiriços. Dentro do projeto de ocupação do sertão amazônico, constituiu-se a Capitania Real de São José do Rio Negro (Carta-Régia de 3 de março de 1755), com sede na aldeia de Mariuá, elevada à vila de Barcelos (1790).

Durante o período Colonial, foi organizado o Correio no Brasil, através do Alvará Régio de 20 de janeiro de 1798, o qual coube à Repartição da Marinha e a da Fazenda, à qual deveriam "pertencer os estabelecimentos dos Correios Interiores do Brasil, para a mais útil comunicação de todas aquelas Capitanias." Para o encargo dessa organização foi investido o Sr. Joaquim Xavier Garcia d'Almeida, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

No início do século XIX, a sede do governo da Capitania foi transferida para a povoação da barra do Rio Negro, elevada a *Vila da Barra do Rio Negro* para esse fim, em 29 de março de 1808. À época da Independência do Brasil (1822), os moradores da vila proclamaram-se independentes, estabelecendo um Governo Provisório. A região foi incorporada ao Império do Brasil, na Província do Pará, como Comarca do Alto Amazonas (1824). Ganhou a condição de Província do Amazonas (Lei n° 582, de 5 de setembro de 1850), sendo a *Vila da Barra do Rio Negro* elevada à cidade com o nome de Manaus (Lei Provincial de 24 de outubro de 1848) e capital (5 de janeiro de 1851).

Ao ser criada a província do Amazonas, em 1850, existiam quatro municípios: Barcelos, Luséa, Manaos e Tefé, e já havia sido criado mas ainda não instalado o de Paratins.

O meio de comunicação então empregado era o fluvial. Sobre a criação das linhas de navegação, observamos que

o então Presidente da Província, conselheiro Herculano Ferreira Penna, em discurso proferido à Assembléia Legislativa Provincial de 1º de outubro de 1853: "*Cumpre notar que o recebimento e remessa da correspondência só é regular entre esta Cidade (Manaos), Serpa e Villa Bella da Imperatriz, onde tocão os Paquetes de Vapor: a Villa d'Ega e todos os outros Povoados de Solimões até Tabatinga começarão a gozar de igual benefício, posto que frequentemente com o estabelecimento da navegação na 2ª Linha conforme o contracto da Companhia do Amazonas; com os demais pontos da Província mantém-se a communicação ora mui pronpta, ora muito morosa, por meio de embarcações particulares, ou das que os Commandantes das Fronteiras e Destacamentos mandão a Capital em diligências do serviço militar. O meu Antecessor havia estabelecido diversas linhas de Correios, como se vê das instrucções que expedio em 6 de Fevereiro, 3 e 29 de Março, e 8 de Maio de 1852, mas o serviço dellas cessou no corrente anno por não haver a Lei do Orçamento autorizado a continuação da despeza, que se fazia pelo Cofre Provincial.*"

Tentaremos agora reproduzir de forma sistemática as principais agências dos correios existentes na Província do Amazonas, durante o Império Brasileiro. Quando possível descrito o ato que a criou e a data, informe importante para o estudo da carimbologia.

Os agentes postais, a época, recebiam percentual sobre a renda da agência, em índices que variavam entre 50%, 40% e 30%. Quando se encontrava anotação de rendimentos de 5%, 10% e 12% essa porcentagem era apurada sobre a venda de selos – depois de 1843 – importância do seguro e montante de porte a pagar respectivamente. Havia agentes postais que optavam por uma gratificação anual variável, ou por uma percentagem também variável sobre a receita da agência.

BARCELLOS. Em Mariuá, aldeia dos índios Manaus, de onde se originou a atual cidade de Barcelos, o carmelita Frei Matias São Boaventuras fundou em 1728 a Missão de Nossa Senhora de Mariuá. Trinta anos depois, Mariuá é promovida a categoria de vila e recebe o nome de Barcelos transformando-se na capital da capitania de São José do Rio Negro. Em 30 de abril de 1876 foi criada a Comarca de Barcellos. Pela Lei nº 388/1878, foi transferida para Moura, retornando pela Lei nº 538, de 09 de junho de 1881, com os termos de Comarca de Barcellos e Moura.

Criada agência postal pelo Decreto de 05 de junho de 1829. Vencimento do agente 50%. Receita orçada para 1851/52 de 85$200.

BELLA IMPERATRIZ. Descoberta em 1749, pelo explorador José Gonçalves da Fonseca que notou uma ilha no rio

Amazonas. A fundação da localidade só ocorreu em 1796, por José Pedro Cordovil, que veio para aquele local se dedicar à pesca do pirarucu e à agricultura, chamando-a Tupinambarana. A rainha D. Maria I deu-lhe a ilha de presente. Ali instalado, fundou uma fazenda de cacau. Ao sair dali, algum tempo depois, ofertou a ilha à rainha. Tupinambarana foi aceita e elevada à Missão Religiosa, em 1803, pelo capitão–mor do Pará, Conde dos Arcos, que incumbiu sua direção ao frei José das Chagas, recebendo a denominação de vila Nova da Rainha. Houve grande progresso e desenvolvimento na vila, decorrente da organização da comarca do Alto Amazonas. Em 25 de julho de 1833, passou à freguesia, com o nome de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana. Era ainda Tupinambarana simples freguesia, quando iniciou a revolução dos Cabanos no Pará e se alastrou por toda a província, talvez porque estivesse bem defendida, foi poupada aos ataques dos "Cabanos". Em 24 de outubro de 1848, pela Lei Provincial do Pará nº 146, elevou a freguesia à categoria de Vila, com a denominação de Vila Bela da Imperatriz, e constituiu o município até então ligado a Maués. Em 15 de outubro de 1852, pela Lei nº 02, é confirmada a criação do município. Em 14 de março de 1853, dá-se a instalação do município de Parintins. Em 24 de setembro de 1858 é criada, pela Lei Provincial, a Comarca, compreendendo os termos judiciários de Vila Bela da Imperatriz e Vila Nova da Conceição. Em 30 de outubro de 1880, pela Lei Provincial nº 499, a sede do município recebe foros de cidade e passou a denominar-se PARINTINS.

Agente postal nomeado pelo Aviso de 22 de novembro de 1847. Vencimento do agente de 50%.

BORBA. Fundada a aldeia da cachoeira de Santo Antonio do Rio Madeira pelo frei João Sampaio em 1728, onde hoje é Mato Grosso. Os jesuítas foram retirados do lugar original devido à inacessibilidade e constantes ataques dos índios de tribos inimigas. Os primeiros habitantes foram os índios araras, toras, torés e urupás. Posteriormente, a comunidade mudou-se por duas vezes até se estabelecer à margem direita do Rio Madeira. Foi, também, uma das cidades que mais vezes teve seu nome trocado. Após Cachoeira de Santo Antonio do Rio Madeira chamou-se Aldeia do Rio Jamari, localizada no rio homônimo. Já no local definitivo foi denominado lugar Araretama e depois Trocano, que é o nome de um instrumento de percussão indígena fabricado em madeira. Até 1755, mantém o nome de Trocano e pertence aos Jesuítas, passando mais tarde aos Carmelitas que aceitaram do Governador do Grão-Pará a missão do Rio Madeira. Foi levada à categoria de vila em 1º de janeiro de 1756 pelo próprio Governador do Grão-Pará, o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebendo o nome de Borba em homenagem a uma cidade e conde portugueses, sendo então a primeira povoação do Amazonas a receber o predicado de Vila. Perdeu tal categoria em 1837, voltando à freguesia. Pela Lei Provincial nº 73, de 05 de dezembro de 1857, voltou à vila e sede do município,

mas novamente extinto pela Lei Provincial nº 715, de 28 de abril de 1886 e restaurado definitivamente pela Lei nº 781, de 26 de setembro de 1888.

"*Império, 30 de agosto de 1855, ao Vice Pres. Província do Amazonas. Aprovo a criação de agências do correio feitas pela Presidência do Amazonas na vila de Maués e freguezias de Borba e Serpa (aviso). Ilmo. e Exmo. Sr. – em vista do que ssa Presidência informa em ofício nº 14, de 24 de fev, do ano passado, comunico a V. Exa. que fica confirmada a deliberação que tomou a mesma Presidência de criar Agência de Correio na vila de Manes e nas freguezias de Borba e de Serpa, de conformidade com as instruções expedidas por este Ministério em 29 de set. de 1851, como também suprimindo a agência da mesma forma criada na freguesia de Thomar*.". Vencimento do agente de 50%.

COARY. Aldeamento indígena que foi catequisado pelo jesuíta alemão Samuel Fritz, no século XVII. Criada paróquia em 1709. Sendo elevada a "lugar", em 1759, rebatizada de Alvelos. Retornou ao nome de Coary em 1839, quando transformada em freguesia, sendo transferida sua sede para a foz do Lago de Coary pela Lei nº 37, de 30 de setembro de 1854, e elevada à vila pela Lei Provincial nº 287, de 01 de maio de 1874, e instalada em 02 de dezembro daquele ano.

Agência dos correios criada em 1873.

CODAJÁZ. Sita às margens do rio Solimões. Da aldeia dos índios Cudaiás, primitivos habitantes da região, originou-se a atual cidade de Codajás, fundada em 1792, por José da Rocha Thury. Criada freguesia pela Lei Provincial nº 175, de 30 de junho de 1862 como Nossa Senhora das Graças de Codajáz, e elevada à vila pela Lei Provincial nº 287, de 01 de maio de 1874, sendo instalada somente no dia 05 de agosto do ano seguinte.

Criada agência dos correios em 1873, conforme Tabella que acompanhou o relatório approvado por Aviso do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 24 de novembro de 1884. Receita, em 1889, de 117$280.

CONCEIÇÃO. Fundada em 1768, por Luis Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, nas margens do rio Maués. Seu nome primitivo era Lusea. Pela Lei nº 151, de 11 de setembro de 1865, passou à denominação de Vila da Conceição. O município e o termo judiciário conservaram a antiga denominação de Maués.

Agência postal criada pelo Decreto de 05 de março de 1846.

ITACOATIARA. A aldeia foi elevada à condição de vila, em 1759, com o nome de SERPA. Suprimido em 1833, o município foi restaurado pela Lei nº 74, de 10 de dezembro de 1857. A vila recebeu foros de cidade pela Lei Provincial nº 383, de 25 de abril de 1874, já então chamada de Itacoatiara, vocábulo indígena que significa "pedra pintada".

A agência dos correios foi criada em 1855, ou segundo outras fontes em 1860.

JAVARY. Localidade originada de missão

da Companhia de Jesus, fundada por Samuel Fritz a serviço do governo espanhol, nas margens do rio Solimões, em 1869. Após missão miliar, passou para o domínio português. A aldeia de São Paulo dos Cambébas foi elevada à categoria de vila, em 1817, com o nome de Olivença, perdendo essa categoria, em 1833. Pela Lei nº 599, de 01 de junho de 1882, foi novamente à vila com o nome de São Paulo de Olivença.

Agência dos correios foi criada em 1884.

MAUÉS. Inicialmente, foi denominada Luséia, e progredindo com o tempo transformou-se em missão carmelita, com nome de Maués. O líder, nessa época, foi o frei Joaquim de Santa Luzia. O povoado de Luséa foi fundado pelos portugueses Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, e o trabalho missionário foi entregue aos capuchinhos. Os índios, descontentes com o trabalho escravo que lhes vinham impondo, revoltaram-se, o que gerou uma sangrenta batalha (1832), com vários colonos e soldados portugueses mortos. Por um decreto de 25 de junho de 1833 a missão foi considerada vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Luséia. Em 1853, pela Lei nº 25 de 03 de dezembro, da iniciativa do deputado Marcos Antônio Rodrigues de Souza, a vila tornou-se cidade, chamada São Marcos de Mundurucânia.

Mencionado um Decreto de 05 de março de 1846, criando agência postal. Todavia: "*Império, 30 de agosto de 1855, ao Vice Pres. Província do Amazonas. Aprovo a criação de agências do correio feitas pela Presidência do Amazonas na vila de Maués e freguezias de Borba e Serpa (aviso). Ilmo. e Exmo. Sr. – em vista do que ssa Presidência informa em ofício nº 14, de 24 de fev, do ano passado, comunico a V. Exa. que fica confirmada a deliberação que tomou a mesma Presidência de criar Agência de Correio na vila de Manes e nas freguezias de Borba e de Serpa, de conformidade com as instruções expedidas por este Ministério em 29 de set. de 1851, como também suprimindo a agência da mesma forma criada na freguesia de Thomar*.". Há evidente erro na grafia, pois se refere à Vila de Maués, e não de Manés.

SERPA. Em 1655, é criada, pelo Padre Antônio Vieira, a Missão de Arroquis na Ilha do Albi. Em 1757, os habitantes da Aldeia dos Abacaxis são transferidos para a margem esquerda do Amazonas onde atualmente está a cidade de Itacoatiara. Em 1758, Francisco Xavier de Mendonça passa pelo local em sua segunda viagem pela região, com a finalidade de instalar a capitania de São José do Rio Negro. Em 1759, a aldeia é elevada à vila com denominação de Serpa. Em 1833 passando à freguesia ou colégio eleitoral, dependendo do termo da vila de Manaus e sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. O município de Itacoatiara foi criado pela Lei nº 74 de 10 de dezembro de 1857. Mas no ano de 1858, outra vez, é erigida em vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Em 27 de novembro de 1871, pelo Decreto

Imperial nº 5.146, é criado o termo judiciário de Serpa. Em 10 de fevereiro de 1872, através do Decreto Imperial nº 5.210, o termo judiciário de Serpa é reunido ao de Silves. Em 25 de abril de 1874, a Lei nº 283, eleva a antiga vila de Serpa à categoria de cidade, com o nome de Itacoatiara.

"*Império, 30 de agosto de 1855, ao Vice Pres. Província do Amazonas. Aprovo a criação de agências do correio feitas pela Presidência do Amazonas na vila de Maués e freguezias de Borba e Serpa (aviso). Ilmo. e Exmo. Sr. – em vista do que ssa Presidência informa em ofício nº 14, de 24 de fev, do ano passado, comunico a V. Exa. que fica confirmada a deliberação que tomou a mesma Presidência de criar Agência de Correio na vila de Manes e nas freguezias de Borba e de Serpa, de conformidade com as instruções expedidas por este Ministério em 29 de set. de 1851, como também suprimindo a agência da mesma forma criada na freguesia de Thomar*.".

SILVES. Situada a 250 km de Manaus, é banhada pelo Lago Canaçari, formado pela confluência de cinco tributários do Rio Amazonas: Rio Urubu, Rio Itabani, Rio Sanabani, Igarapé Açu, e Igarapé Ponta Grossa. A história de Silves está intimamente associada à de Itapiranga, por já terem formado uma mesma unidade administrativa, com as atuais respectivas sedes se alternando no decurso do tempo como sede do município que então englobava a ambos. O povoamento da região tem seu marco inicial da fundação da Missão do Saracá, por Frei Raimundo, da Ordem das Mercês, em 1660. Em 1663, sangrentas lutas são travadas entre os colonizadores portugueses e os indígenas perto da foz do rio Urubu, até a chegada, no final desse ano, de Pedro da Costa Favela, que aí desembarca parte de sua tropa para a manutenção da ordem. Em 1759, a já aldeia de Saracá é elevada à vila, com a denominação de Silves e como sede do município de igual nome. O município é extinto em 1833 e restabelecido em 1852.

Criada agência dos correios em 1873, conforme Tabella que acompanhou o relatório aprovado por Aviso do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 24 de novembro de 1884.

TABATINGA. Derivada do povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga, na margem esquerda do rio Solimões, a cidade foi fundada na primeira metade do século XVIII, por Fernando da Costa Ataíde Neves,que transferiu para região um destacamento militar do Javari - mais ao sul, na fronteira Brasil-Peru - estabelecendo um posto de guarda de fronteiras entre os domínios de Portugal e Espanha. O forte de São Francisco Xavier foi fundado em 1776.

Agência postal criada pela Portaria de 05 de julho de 1864.

TEFFÉ. Em 1718, Frei André tentando evitar novos ataques espanhóis, subiu o Rio Tefé, onde encontrou um lago e fixou-se à margem direita com seus peregrinos. Alguns anos depois foi assinado o Tratado de Madrid pelos reis de Espanha e Portugal, este tratado visava dar fim às lutas entre os

dois países pela posse das terras. Mesmo assim, Teffé ainda causava discussão sobre os limites das terras de Portugal e Espanha. Em 1759, Portugal elevou à categoria de vila, sendo dado o nome de vila de Ega para essa região. Fazendo parte da Capitania de São José do Rio Negro. A discussão sobre os limites das terras dos espanhóis continuava, até que estes enviaram uma expedição demarcadora comandada por D. Francisco de Requena que ocupou todo o Solimões até a vila de Ega. Até que, em 1787, o português Manoel Lobo d'Almada assume a capitania de São José do Rio Negro e expulsa os espanhóis. Em 1833, por ocasião da divisão territorial, o governo da província do Pará obtém o controle de Ega, e ignora a denominação vila de Ega e restitui o nome de Teffé. Com a criação da Comarca do Solimões em 1853, que compreendia as vilas de Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, Tefé foi escolhida para ser a sede da comarca. Elevada à categoria de cidade em 15 de junho de 1855, pela Resolução Provincial nº 44 da mesma data, ficando estabelecido o nome que perdura até hoje o de Tefé.

Agência postal criada pelo Decreto de 5 de março de 1829. Vencimento do agente de 50%. Ainda com a denominação de Egas, tinha receita orçada para 1851/52 em 85$200.

THOMAR. Antigo povoado de Bararoá, nas margens do rio Negro. Foi elevado à vila em 1758, com o nome de Thomar. Perdeu tal categoria em 1833, como várias outras localidades da região.

Provavelmente a agência dos correios foi criada quando da reforma havida pelo Decreto de 05 de março de 1829, mas não temos informações seguras a esse respeito. "*Império, 30 de agosto de 1855, ao Vice Pres. Província do Amazonas. Aprovo a criação de agências do correio feitas pela Presidência do Amazonas na vila de Maués e freguezias de Borba e Serpa (aviso). Ilmo. e Exmo. Sr. – em vista do que ssa Presidência informa em ofício nº 14, de 24 de fev, do ano passado, comunico a V. Exa. que fica confirmada a deliberação que tomou a mesma Presidência de criar Agência de Correio na vila de Manes e nas freguezias de Borba e de Serpa, de conformidade com as instruções expedidas por este Ministério em 29 de set. de 1851, como também suprimindo a agência da mesma forma criada na freguesia de Thomar*.". Portanto, em 1855 foi extinta aquela agência postal.

BIBLIOGRAFIA

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.

KOESTER, Reinhold. Carimbologia do Brasil Clássico, 1985/1992.

LUTTERBACH, José Antônio V. A História Postal no Brasil Colonial, publicado na Revista Mosaico nº 35, de agosto de 2002.

MONTEIRO, Nova. Administrações e Agencias Postaes do Brasil Império, publicado na Revista Brasil Filatélico nº 21 de maio de 1935.

SANTOS, Áureo G. Agências de Correios Criadas e Suprimidas em 1851, 1855, 1856 e 1857, publicado na Revista Brasil Filatélico nº 181, de julho de 1977.

ECT é líder em confiança pela 8ª vez

Os Correios foram eleitos pela oitava vez consecutiva a instituição mais confiável do Brasil na pesquisa Marcas de Confiança 2009, realizada pela revista Seleções do Reader's Digest, com respaldo técnico do Ibope Inteligência.

A empresa obteve 85% dos votos na categoria Instituições/Organizações, superando o Real (76%) e as Forças Armadas (66%).

O objetivo da pesquisa é avaliar a confiança dos brasileiros em marcas, instituições e profissões. A oitava edição foi realizada via internet com monitoramento do Ibope, em junho de 2009, e levou em consideração uma amostra de 1,5 mil questionários.

O presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio, atribui a conquista aos empregados da ECT: "A atitude de cada profissional, de total respeito e prioridade ao cliente, associada a uma política acertada de investimento em infraestrutura, permite a proximidade e a oferta de serviços e produtos de qualidade aos cidadãos e às grandes organizações. Isso dá aos Correios uma condição inigualável, inclusive na avaliação dos concorrentes."

A entrega do prêmio será no dia 4 de agosto, a partir 8h, em um café-da-manhã para empresários, publicitários, formadores de opinião e imprensa credenciada, na cidade de São Paulo. Durante o evento, o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso vai apresentar uma palestra sobre o tema "confiança".

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT)
Diretoria Regional de Santa Catarina - Seção de Filatelia

Rua Romeu José Vieira, 90 - Bloco B - 7º Andar
Bairro: Nossa Senhora do Rosário - São José/SC
CEP 88110-906 - Telefone: (48) 3954-4032

Notícias e Programação de Eventos Filatélicos - Selos Personalizados
Contatos:
Eduardo Calliari - eduardocalliari@correios.com.br
Laura Possamai - laurapos@correios.com.br

Em Florianópolis, visite a
AGÊNCIA FILATÉLICA FLORIANÓPOLIS

Av. Irineu Bornhausen 5.228
Bairro: Agronômica - Florianópolis, SC
CEP 88025-970 - Telefone: (48) 3333-0085

Selos Comemorativos e Editais
Envelopes Comemorativos
Coleções Anuais
Contato: Nelson M. Machado Filho - nelsonm@correios.com.br

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim Santa Catarina Filatélica. Anualmente, realiza, segundo uma programação estabelecida em conjunto com as demais Associações do Estado de Santa Catarina, o seu tradicional Encontro de Colecionadores.

Todas as publicações e convites para realizações da AFSC são enviados aos sócios, Clubes e Associações congêneres. Há também uma biblioteca especializada à disposição dos associados na Sede da AFSC.

Para suporte aos dispêndios decorrentes das atividades referidas, a AFSC depende principalmente da arrecadação das anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias:

Efetivos - residentes na Grande Florianópolis com idade a partir de 18 anos .... R$60,00

Juvenis - residentes na Grande Florianópolis com idade inferior a 18 anos .... R$10,00

Correspondentes no Brasil - residentes fora da grande Florianópolis .... R$20,00

Correspondentes no Exterior - residentes em outros países .... US$ 35,00

Associe-se. Remeta à Associação a ficha da página 42, devidamente preenchida, acompanhada de cheque nominal à AFSC, ou de cópia do recibo de depósito na conta de Poupança 5.049.097-4, agência 5255-8, banco 001- Banco do Brasil. Observação: Ao fazer depósito, use a Variação 1.

Ao pagar a anuidade, você terá direito também a um anúncio de texto, gratuito, no site:

www.afsc.org.br

ÍNDICE DE ANUNCIANTES (ordem alfabética)

Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
Fundada em 6 de Agosto de 1938
Fone/Fax (48) 3222-2748 – Caixa Postal 229
CEP 88010-970 – Florianópolis – SC
www.afsc.org.br

INSCRIÇÃO / ATUALIZAÇÃO DE ASSOCIADO

Nome: ____

Endereço ou Cx. Postal: ______________________________

CEP: __________ Cidade: ____________________ Estado: ________

Telefone: _____________ Profissão: ______________________

Sexo: ___________ Data de nascimento: __________________

E-mail: ____

COLECÕES / TEMAS DE SEU INTERESSE:

____

____

____

____

____

☐ Sócio Efetivo ☐ Juvenil ☐ Corresp. Brasil ☐ Corresp. Exterior

Data: _____________ Assinatura: ___________________________